

# **AGRICULTURA PAULISTA: esgotamento da fronteira de expansão e papel das exportações nas mudanças estruturais<sup>1</sup>**

José Sidnei Gonçalves<sup>2</sup>  
Sueli Alves Moreira Souza<sup>3</sup>

## **1 - INTRODUÇÃO**

A agropecuária paulista, como a brasileira, foi estruturada com base na expansão do capital comercial, dando origem à concentração regional na produção de produtos cuja demanda internacional estimulava a expansão produtiva. No processo de colonização, destacava-se a cana na indústria nordestina e o foco na agropecuária paulista deu-se com a emergência do ciclo do café no final do século XIX. De outro lado, a pecuária teve papel estratégico na abertura de novas fronteiras levando a ocupação produtiva para outras regiões (FURTADO, 1989).

Na agropecuária, a expansão cafeeira, em especial quando avançou para o oeste paulista de Ribeirão Preto, correspondeu à formação da moderna estrutura da produção paulista, ganhando os contornos de monocultura ao formar um “mar de café” na expressão de Caio Prado Junior (PRADO JUNIOR, 1969). O ciclo cafeeiro paulista, entretanto, não representou tão somente a expansão agropecuária, tendo sustentado um processo de acumulação que iria produzir a industrialização, tanto que no final desse processo de hegemonia do café, na virada da década de 1930, havia sido completada, na indústria brasileira concentrada no território paulista, a constituição do padrão correspondente à 1ª Revolução Industrial (CANO, 1980).

Pelas dimensões que vem ganhando ao expandir-se durante praticamente todas as décadas desde os anos 1950, consiste no “mar de cana” o derivado do avanço da agroindústria, primeiro de açúcar e mais recentemente de álcool. Entretanto, pouca atenção tem sido dada ao fato de que as pastagens, ainda que tenham

perdido expressiva magnitude em termos de área ocupada, ainda consistem no maior cultivo paulista e, pela prevalência de uma espécie de gramínea, ainda se mostram como o maior dos mares, um “mar de braquiária” (GONÇALVES; SOUZA, 2008a).

Esses movimentos de expansão e contração entre mares agropecuários, numa superfície territorial em que a fronteira horizontal esgotou-se nos anos 1970, têm provocado comparações atemporais entre o significado da cana e do café para a agropecuária estadual. Considere-se, contudo, que se trata de contextos históricos com determinantes distintos, em função dos desdobramentos do próprio processo de industrialização, uma vez que nas três primeiras décadas do século XX o padrão da 1ª Revolução Industrial emergia junto com o café e, nas três décadas posteriores aos anos 1950, o movimento de irradiação da cana ocorre sob os auspícios da 2ª Revolução Industrial (CANO, 1993). Trata-se por isso de momentos diferentes de um mesmo processo de construção do capitalismo tardio brasileiro.

De qualquer maneira, a profundidade das transformações não alterou a característica original da agropecuária estadual pelo fato de que sua dinâmica continua associada ao movimento exportador. Dessa ótica, a leitura do perfil das exportações consiste num elemento relevante para compreender não apenas quais atividades agropecuárias cresceram ou regrediram em termos de importância relativa. A leitura desagregada dessas informações, em função da magnitude da agregação de valor ao produto primário em cada grupo de mercadorias, permite visualizar que o processo deu-se exatamente no sentido da internalização do padrão inerente à 2ª Revolução Industrial. O presente trabalho busca caracterizar o esgotamento da fronteira de expansão da agropecuária paulista nos anos 1970 e mostrar o avanço do processo de industrialização da agricultura, tanto assim que perdem espaço em São Paulo as atividades primário-expor-

<sup>1</sup>Registrado no CCTC, IE-54/2009.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: sydy@iea.sp.gov.br).

<sup>3</sup>Economista, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (sueli@iea.sp.gov.br).

tadoras com a montagem da estrutura agroindustrial-exportadora da agricultura estadual.

## 2 - LEVANTAMENTO E TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As estatísticas da agropecuária no Brasil apresentam uma enorme carência de dados, notadamente para os períodos mais remotos, daí o esforço de se construir uma série coerente e consistente do uso do solo. Os dados de área agropecuária utilizados neste artigo consistem em uma compilação de informações existentes em vários documentos e anotações esparsas encontradas nos arquivos do Instituto de Economia Agrícola (IEA). Essas referências, principalmente para o período anterior aos anos 1970, foram utilizadas na construção dos indicadores que deram origem ao livro "Desenvolvimento da agricultura paulista" (IEA, 1972), editado no início da década de 1970, e que corresponde a um marco da análise setorial no Brasil. Como havia algumas anotações não publicadas, as mesmas foram cotejadas com as existentes nos censos agropecuários, sendo que os números eram os mesmos dos censos em alguns casos. Mas como a opção foi dar um sentido estrutural à análise, utilizando-se médias anuais dos triênios de virada de décadas, manteve-se o crédito das informações ao IEA. Nos anos posteriores à década de 1970, todas as informações da área agropecuária foram obtidas nos bancos de dados do IEA.

As informações das exportações da agricultura paulista para o período 1997-2007 foram obtidas no banco de dados do IEA, correspondendo a dados básicos da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC), elaborados pelo IEA, com base nos procedimentos definidos em Vicente et al. (2001). Os valores de produtos processados correspondem à somatória das vendas externas de produtos manufaturados e semimanufaturados dessas estatísticas. Tais dados foram transformados em moeda nacional pela taxa de câmbio comercial para compra, expressa em real (R\$)/dólar norte-americano (US\$), média anual disponível no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>4</sup>. Após isso, ela é corrigida para valores constantes mé-

dios de 2007 pelo deflator implícito do Produto Interno Bruto (PIB) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## 3 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E EXPANSÃO AGROPECUÁRIA

A expansão da agropecuária paulista se dá numa realidade em que, num primeiro momento (dos anos 1950 ao final dos anos 1970), ocorre uma expansão da área agropecuária, que evolui de 13,4 milhões de hectares para 18,4 milhões de hectares, ou seja, foi ampliada em 5 milhões de hectares. Do início dos anos 1980 em diante, há recuo persistente até atingir 17,5 milhões de hectares na entrada do novo século, diminuindo 0,9 milhão de hectares. No primeiro quinquênio do século XXI, essa tendência se reverte, com incremento de 0,8 milhão de hectares com que a área agropecuária paulista atinge na média do triênio 2005-2007 em patamar similar de 18,3 milhões de hectares, verificado em 1979-1981 (Tabela 1).

Há uma diferença fundamental entre a expansão verificada dos anos 1950 até o final dos anos 1970 e a recente data do primeiro quinquênio do século XXI. Na primeira, o processo se deu de forma horizontal, pela incorporação de novas áreas da fronteira agropecuária, enquanto que a segunda acontece pelo incremento vertical de intensificação do uso do solo numa fronteira agropecuária esgotada. A última explica-se pelo plantio de mais de uma atividade na mesma gleba em cada ano. São exemplos a integração lavoura-pecuária, a criação de "novas safras" (como as safrinhas de soja e de milho ou ainda de inverno como a de feijão), e o aumento da complementaridade entre lavouras (como amendoim nas áreas de renovação de canaviais e de plantios em rotação, como soja e trigo ou cereais de inverno).

O que se pontua aqui é a observação de que a intensa inovação tecnológica presente na expansão recente, mais que a criação de terra via aumento da produtividade desse fator, também o fez pela viabilização da complementaridade de safras na mesma gleba, importante motor da expansão das lavouras paulistas. Isso sem considerar as técnicas de cultivo adensado de lavouras perenes - como café, laranja e frutas em geral -, que permitiram elevar substancialmente a produção por unidade de área, sendo que em

<sup>4</sup><<http://www.ipeadata.gov.br>>.

TABELA 1 - Composição da Área Agropecuária do Estado de São Paulo, Médias Anuais dos Triênios 1949-51 a 2005-07

Atividade	(ha)						
	1949-51	1959-61	1969-71	1979-81	1989-91	1999-2001	2005-07
Pastagens	8.621.145	9.945.099	11.862.786	11.307.015	10.580.448	10.362.707	9.682.893
Lavouras	4.782.200	5.662.921	6.139.611	7.101.141	7.231.202	7.113.365	8.666.872
Florestas	297.867	440.754	584.712	1.012.436	963.210	885.589	1.123.286
Cana	155.467	436.700	737.937	1.350.491	2.118.425	2.864.573	4.254.406
Café	1.269.067	1.472.100	784.266	989.511	500.615	253.463	234.478
Lavouras (%)	35,68	36,28	34,10	38,58	40,60	40,70	47,23
Pastagens (%)	64,32	63,72	65,90	61,42	59,40	59,30	52,77
Cana (%)	3,25	7,71	12,02	19,02	29,30	40,27	49,09
Café (%)	26,54	26,00	12,77	13,93	6,92	3,56	2,71
Florestas (%)	6,23	7,78	9,52	14,26	13,32	12,45	12,96
Área agropecuária	13.403.345	15.608.020	18.002.397	18.408.156	17.811.650	17.476.072	18.349.765

Fonte: Elaborada pelos autores com base em informações básicas do IEA.

alguns casos (como a laranja) houve ampliação da produção nos anos recentes, ainda que com ocupação de menor superfície cultivada. Analisando num primeiro detalhamento a relação entre lavouras e pastagens na composição da área agropecuária paulista, nota-se que as pastagens crescem de forma expressiva no período entre 1949-51 e 1969-71, quando saltam de 8,6 milhões de hectares para 11,8 milhões de hectares, com a superfície ampliada em 3,2 milhões de hectares. Do período 1969-71 em diante, as pastagens sofrem contínua e expressiva redução de área, levando aos 9,7 milhões de hectares verificados em 2005-07, acumulando uma perda de 2,2 milhões de hectares (Tabela 1). Mesmo tendo esgotado seu processo de expansão horizontal nos anos 1970, as pastagens ainda persistem como o principal uso agropecuário do solo, o que decorre explicitamente de um histórico processo de agricultura itinerante, dados os processos de acumulação primitiva incorporando terras no patrimônio. Isso configura sucessivas criações de novos eldorados que atraem migrações para as frentes de expansão, na busca de fazer riqueza pela apropriação de terras, processo que atualmente bate às portas da Amazônia. Duas observações são relevantes na inserção das pastagens na composição da área agropecuária paulista. A primeira refere-se ao fato de que sua expansão até a década de 1970 está associada ao papel que a pecuária desempenhou na ocupação da fronteira agropecuária, incorporando espaços territoriais à produção. A segunda está estampada na constatação de que as pastagens ainda

são a mais representativa atividade paulista no tocante à composição da área agropecuária. A maioria dos pastos é cultivada com braquiária, e estima-se que existem 8,6 milhões de hectares plantados com essa espécie de gramínea. Ainda que tenha havido contração expressiva, o maior oceano da agropecuária paulista corresponde a um “mar de braquiária”.

O processo de desenvolvimento da agricultura corresponde à ampliação da proporção de lavouras na composição da área agropecuária. No caso paulista isso se dá de forma consistente e persistente, uma vez que, à exceção dos anos 1990 - em que se dá um pequeno recuo de 117,8 mil hectares -, a área de lavouras cresce em todas as décadas, avançando 3,6 milhões de hectares ao evoluir de 4,8 milhões de hectares em 1949-51 para 8,7 milhões de hectares em 2005-07 (Tabela 1). Destaca-se que em 2005-07 toda área das lavouras paulistas era similar ao espaço agropecuário ocupado pelas pastagens cultivadas de braquiária, reforçando a afirmação de que há ainda na agropecuária estadual um “mar de braquiária”. Na composição das lavouras houve também relevantes alterações na composição das áreas ocupadas com expansão de algumas atividades e recuo de outras.

Dentre as lavouras, o destaque consiste na cana para indústria que cresce em todas as décadas desde o final dos anos 1940, tendo saltado da ocupação de 155,5 mil hectares no triênio 1948-51 para 4,2 milhões de hectares em 2005-07. Isso significa que a expansão canavieira agregou 4,1 milhões de hectares de novas planta-

ções, dos quais 582,5 mil hectares nas décadas de 1950 e 1960, 612,6 mil hectares nos anos 1970, 767,9 mil hectares no decênio dos anos 1980 e 746,1 mil hectares nos dez anos seguintes (Tabela 1). Até o final da década de 1990, o motor da expansão agroindustrial era o mercado internacional do açúcar, ainda que o álcool tenha tido alguma expressão nas décadas anteriores (anos 1970 e 1980). Nesse período, ainda que outras lavouras tenham recuado para ceder espaço à cana, a principal atividade substituída foram as pastagens, o que inclusive reforçou a formação do “mar de braquiária” ao praticamente eliminar as pastagens artificiais, impondo a maior produtividade dos pastos cultivados.

A emergência do novo ciclo do álcool, com o surgimento dos carros *flex* na entrada do novo século, associada à nova crise do petróleo, levou à aceleração da tendência expansionista da lavoura canavieira, que aumentou a superfície em 1,4 milhão de hectares quando se compara 2005-07 a 1999-01, o que corresponde a quase o dobro dos incrementos das duas décadas anteriores. Em função dessa expansão continuada, a cana para indústria, que representava apenas 3,2% da área paulista de lavouras em 1949-51, em 2005-07 alcançou quase a metade (49,1%) (Tabela 1). Dentre as lavouras a cana para indústria conforma-se como a mais importante atividade da agropecuária paulista, configurando o expressivo “mar de cana” que, a partir do núcleo original localizado no arco Piracicaba-Jaú-Ribeirão Preto, empreende rápido deslocamento concomitante rumo ao norte - onde adentra pelo Triângulo Mineiro - e leste do território paulista. Também neste movimento recente da expansão territorial da cana - ainda que atinja outras lavouras como algodão e até mesmo laranja -, a mudança principal se dá no plantio de canaviais em áreas de pastagens.

Interessante destacar a evolução da lavoura cafeeira, que no final dos anos 1940 representava a principal atividade econômica da agropecuária paulista, com a ocupação de 1,3 milhão de hectares, o que correspondia a 26,5% da área de lavouras, formando ainda o “mar de café”. Nota-se que o café paulista, ainda que tenha tido sua estrutura econômica abalada pela crise de 1929, ainda consistia no motor da atividade primária da agricultura estadual, conquanto tenha havido crescimento de outras atividades. Tanto assim que, na década de 1950, há expansão cafeeira de expressivos 203 mil hectares de cafe-

zais, que passaram a ocupar 1,5 milhão de hectares em 1959-61. Foram os programas de erradicação dos anos 1960 que produziram eliminação de 687,8 mil hectares de cafezais, recuando para a superfície de 784,3 mil hectares em 1969-71 (Tabela 1). Tamanha a força dessa ação explícita governamental de eliminação de velhos cafezais que, apenas com esse processo, a hegemonia cafeeira passou para as terras paranaenses. Do ponto de vista tecnológico, as novas variedades mais produtivas criadas pela genética pública paulista nos anos 1950 puderam finalmente alcançar a maior parcela da área plantada.

De qualquer maneira, os anos 1960 foram decisivos para que a antiga zona cafeeira do entorno de Ribeirão Preto, onde havia um “mar de café” no primeiro quartel do século XX, fosse tomada pela lavoura canavieira, vindo a formar o “mar de cana”. Na área paulista de lavouras, os cafezais haviam recuado sua participação de 26% em 1959-61 para menos da metade (12,8%) em 1969-71. Os anos 1970, entretanto, foram novamente animadores para o plantio de café, que se expandiram em 295,2 mil hectares, alcançando 989,5 mil hectares, crescendo sua representatividade nas lavouras estaduais (13,9%) (Tabela 1). Agora ocupa outras regiões como o espaço localizado a leste do eixo Campinas-Ribeirão demarcado pela rodovia Anhanguera e terras a oeste, como o entorno de Marília e a noroeste, mais próxima a São José do Rio Preto.

Nos anos 1980, entretanto, a cafeicultura paulista sofre novo e decisivo abalo com a eliminação de 488,9 mil hectares de cafezais, passando a ocupar apenas 500,6 mil hectares, ou seja, 6,9% da área estadual de lavouras. Essa tendência se aprofunda nos anos 1990, quando mais 247,1 mil hectares de cafezais são erradicados, reduzindo-se a 253,5 mil hectares. Nos primeiros anos do século XXI, há a diminuição de apenas 18,9 mil hectares de café, com a área atingindo 234,5 mil hectares em 2005-07, o que corresponde a apenas 2,7% da superfície ocupada pelas lavouras, conformando a posição secundária na agropecuária paulista (Tabela 1). Trata-se da finalização de um processo de progressiva contração dos limites do “mar de café”, que, de dimensões atlânticas, acabou por assumir os limites de estreitos mares de enseada. Há que se frisar que não se trata da mesma base estrutural, uma vez que desde os anos 1990 ampliam-se os cultivos adensados que permitem maior produção por unidade de área, além de progressivamente

haver um direcionamento para a obtenção de cafés com melhor qualidade de bebida.

Mas a especialização produtiva típica do padrão agrário, correspondente à 2ª Revolução Industrial, fez com que o entorno das agroindústrias e das bases operacionais das *tradings companies* conformasse mares com maior dimensão, e com profundidades diferentes do ponto de vista estrutural. Destes, o mais expressivo é o das lavouras florestais, que de 279,9 mil hectares em 1949-51 - 6,2% da área paulista de lavouras - expande-se em 720,1 mil hectares, atingindo 1 milhão de hectares em 1979-81 (14,3% das lavouras). Trata-se do período em que foram implantadas as agroindústrias brasileiras de papel e celulose. Nos anos 1980 e 1990, há um recuo de 77,6 mil hectares para o patamar de 885,6 mil hectares, mas dada a maior inserção no mercado internacional, há intensa expansão nos primeiros anos do século XXI, quando mais 237,7 mil hectares de lavouras florestais são plantados, alcançando 1,1 milhão de hectares (Tabela 1).

A ampliação do “mar de florestas” no período recente, como de todas as atividades agropecuárias, dá-se em função do aquecimento global da demanda internacional, que levou ao transbordamento de alguns mares. Em função de que se constitui numa lavoura perene, tal avanço se dá em espaços geográficos distintos daqueles em que ocorre a ampliação do “mar de cana”. Isso acontece conquanto tenha o mesmo condão de invadir o “mar de braquiária”, localizando-se principalmente em espaços como o Vale do Paraíba e notadamente no Alto Paranapanema, onde sua pressão sobre lavouras alimentares têm provocado inclusive resistências similares à das fronteiras canavieiras, até mesmo com maior concentração fundiária (TOMAZELA, 2004).

Interessante pontuar que a fronteira agropecuária paulista esgotou-se nos anos 1970, representada pela área de vegetação nativa. Em 1962-63 ainda eram encontrados 7,3 milhões dessa vegetação original no território paulista, o que correspondia a 29,3% de sua extensão. Nos anos 1960 houve significativo processo de expansão horizontal com a incorporação de 2,8 milhões de hectares à área agropecuária - e parte também derivada da expansão urbana -, reduzindo-se com isso na mesma magnitude a cobertura de vegetação nativa até o período 1971-73. Isso significou a ampliação de algo em torno de 18,4% da área agropecuária paulista e corresponde ao

último grande processo de expansão horizontal. Nos anos 1970 ainda houve continuidade desse processo, como indica a redução de mais 1 milhão de hectares da vegetação nativa até 1990-1992, quando essa era a cobertura vegetal de 3,3 milhões de hectares do território paulista (13,4% do total) (Tabela 2). Conquanto não existam dados intermediários, a indicação da ocupação agropecuária mostra que, no final dos anos 1970, esgota-se a fronteira de expansão agropecuária paulista. Desde então, emerge nova tendência - ainda tênue para a magnitude do desafio da qualidade ambiental - e a área paulista de vegetação nativa passa a crescer, aumentando em 126,6 mil hectares na década de 1990 (Tabela 2).

Duas razões consistem nos elementos determinantes desse último avanço da área agropecuária paulista, além da clássica expansão das pastagens que também se esgota no final dos anos 1960 em São Paulo. A primeira diz respeito à dominação das técnicas das lavouras de cerrado, contrariando a limitação geográfica configurada no esgotamento das possibilidades de expansão horizontal. Esta foi diagnosticada por Ruy Müller Paiva na entrada dos anos 1960, o que o fez apregoar que o retorno da lavoura paulista para as zonas velhas era fator imprescindível para o desenvolvimento econômico do país (PAIVA, 1960).

A possibilidade de conquista dos cerrados fora aberta no início dos anos 1950, quando Alcides de Carvalho criou a variedade IAC - Mundo Novo, permitindo que o café deixasse de ser uma atividade viável apenas nas terras roxas para ocupar os podzolizados, levando-o para a Alta Paulista e outras regiões do cerrado paulista como a Araraquarense, até ganhar definitivamente outros espaços de cerrado. Essa conquista da ciência agropecuária paulista inverteu o rumo dos caminhos do café e, pouco mais tarde, seria repetida no caso da soja (CASTRO; MOREIRA, 2008), com o domínio das técnicas de manejo de solos dos cerrados paulistas - correção do solo - e a criação das variedades IAC de soja tropical. Trata-se em especial da variedade IAC 8, pioneira na ocupação dos cerrados, que foi desenvolvida em experimentos históricos realizados nas fazendas do também pioneiro produtor Carlos Kage, localizadas na divisa com Minas Gerais nos anos 1970. Esse domínio pela pesquisa agropecuária de inovações para ocupação do cerrado teria papel relevante nessa expansão da área agropecuária sobre os cerrados estaduais.

TABELA 2 - Evolução da Área de Vegetação Nativa, Estado de São Paulo, 1962-63 a 2000-2001

Período	Área (hectares)	% do território paulista
1962-1963	7.257.300	29,26
1971-1973	4.393.880	17,72
1990-1992	3.330.740	13,43
2000-2001	3.457.301	13,94

Fonte: Kronka et al. (2005).

Outro elemento relevante nessa expansão da área agropecuária sobre os cerrados paulistas corresponde às lavouras florestais de pinus e eucaliptos, cuja área quase duplica, saltando de 372,9 mil hectares em 1961-62 para 641,4 mil hectares em 1971-73 e para 812,5 mil hectares em 1991-92 (KRONKA et al., 2005). Esse aumento da área florestada decorreu dos incentivos fiscais previstos para tal no Código Florestal (Lei Federal n. 4.771/65), regulamentado pela Lei Federal n. 5.106/66, que promoveu uma corrida desenfreada de empresários para as atividades de reflorestamento. Ademais, soma-se a isso a inovação tecnológica que permitiu produzir papel apenas com uso de fibra curta, levando à utilização maciça de eucaliptos para essa finalidade (BAQUERO, 1993). O aumento das plantações de lavouras nos cerrados paulistas, além da clássica expansão das pastagens, teve papel crucial nesse último movimento de expansão da fronteira agropecuária estadual. Tanto assim que a maior parte desse alargamento da superfície produtiva na agropecuária deu-se sobre o bioma savana (cerrado), que cobria 1,8 milhão de hectares do território paulista em 1961-63, recuando para 1 milhão de hectares em 1971-73 e para apenas 200 mil hectares em 1990-1992 (KRONKA et al., 2005). Tais indicações empíricas demonstraram ser um equívoco desconsiderar a história da ocupação dos cerrados como alargamento da fronteira agropecuária brasileira; tal processo teve origem nos cerrados paulistas sob sustentação de contribuições inequívocas da pesquisa agropecuária pública estadual.

Em linhas gerais, a fronteira de expansão da área agropecuária paulista esgota-se na década de 1970, tendo havido, entretanto, uma intensa alteração na composição de culturas, com a retração que levou o antigo “mar de café” quase à insignificância; de dimensões oceânicas passou a ocupar espaço de magnitude enseática, na mesma tendência de recuo do “mar de braquiária”, este ainda que tenha dimensões atlânticas de maior mar agropecuário paulista. Além de

mares menores, fruto da especialização regional típica do padrão agrário como o “mar de laranja”, que ora se desloca do entorno de Bebedouro para áreas do eixo da rodovia Castelo Branco mais ao sul, do próprio pequeno “mar de feijão” do sudoeste paulista, o que chama a atenção é o “mar de cana” que ganha expressão oceânica e o “mar de florestas” também de tamanho já considerável, ambos com indicador de área mensurada em milhão. Trata-se de efeito direto da expansão agroindustrial que ganhou dinamismo com o aquecimento global de um mercado internacional em crescimento num quadro de enorme liquidez no sistema financeiro. A crise americana deste segundo semestre de 2008 pode mudar essa tendência, mas no curto prazo não desfigura os limites dos diversos mares agropecuários paulistas.

#### 4 - MERCADO INTERNACIONAL E TRANSFORMAÇÃO AGROINDUSTRIAL DETERMINANDO A EXPANSÃO DOS MARES AGROPECUÁRIOS

Os movimentos recentes de expansão da agricultura brasileira, bem como da paulista, tiveram nas exportações seu elemento dinâmico. A simples leitura da representatividade das exportações setoriais em relação ao valor da produção agropecuária mostra bem essa perspectiva. Em 1997 as vendas externas da agricultura paulista representavam 58,9% da renda bruta setorial. Essa proporção se eleva de forma expressiva, tanto que em 2004, no auge da desvalorização do câmbio e dados os preços internacionais elevados para as principais *commodities*, as exportações setoriais foram 1,4% superiores ao valor da produção agropecuária, conformando a agricultura paulista como centro processador e exportador de matérias-primas oriundas de outras regiões brasileiras. O recuo das vendas externas setoriais expressas em moeda nacional após 2004, em função do embargo das exporta-

ções estaduais de carne bovina, seguida do recuo de preços internacionais de produtos relevantes para a agricultura estadual como o suco de laranja e, finalmente, a queda nos preços internacionais do açúcar, reverteram a tendência de elevação do percentual de representatividade das exportações na renda bruta agropecuária. A valorização do câmbio (GONÇALVES, 2006) contribuiu também de forma decisiva para que esse percentual recuasse para 89,6% em 2007, ainda assim muito superior ao verificado em 1995 (Tabela 3).

A agricultura paulista insere-se de forma diferenciada no mercado internacional quando comparada com a das demais unidades da federação brasileira. Trata-se em primeiro lugar de estrutura agroindustrial-exportadora, dado o elevado aprofundamento da industrialização setorial (GONÇALVES; SOUZA, 2008b). De outro, consolida-se como grande centro financeiro nacional, concentrando os agrosserviços financeiros e transacionais que sustentam a inserção exportadora. As vendas externas operadas pelas empresas paulistas - aquelas baseadas operacionalmente em São Paulo - somaram US\$18,2 bilhões em 2007, enquanto que as vendas externas da agricultura com base em produtos "produzidos" em território paulista totalizaram US\$15,5 bilhões no mesmo ano, ou seja, os negócios das empresas paulistas foram maiores em US\$2,7 bilhões (+17,7%) que os realizados com produtos paulistas (GONÇALVES; SOUZA, 2008a). No plano interno do território paulista, a região da capital e entorno, conquanto detenha apenas 0,21% do valor da produção da agropecuária do Estado, realizou 39,3% das exportações setoriais na média do triênio 2005-2007 (GONÇALVES; ANGELO; SOUZA, 2009). Todo esse processo tem como lastro intensa especialização regional, articulada sob a égide do grande capital agroindustrial financeirizado.

A concentração econômica verificada na distribuição territorial em termos de uso do solo (área agropecuária) e da geração de riqueza (valor da produção agropecuária) apresenta enorme similaridade com a verificada nas exportações setoriais. Destaque-se que, em moeda nacional, as exportações da agricultura paulista mais que duplicaram, saindo de R\$14,2 bilhões em 1997 para R\$30,2 bilhões em 2007 (+112,1%). E esse incremento se deu com elevada concentração, uma vez que os principais produtos das vendas externas da agricultura paulista, que repre-

sentavam 69,3% das divisas geradas em 1997, passaram a responder por 79,8% em 2007 (Tabela 4). Isso significa que a inserção exportadora da agricultura paulista no período 1997-2007 representou o afunilamento da pauta por conta da parcela cada vez mais preponderante das principais atividades, com realce para aquelas associadas ao grande capital agroindustrial. Essa concentração das exportações tem reflexo direto tanto na renda bruta da agropecuária como na composição da área agropecuária, gerando maior dinamismo interno para um conjunto estrito de produtos que puderam inclusive acessar mecanismos de financiamento de custos mais baratos numa realidade interna de juros elevados quando cotejados com o padrão internacional.

O principal produto da pauta de exportações da agricultura paulista consiste nos derivados da cana, que internalizaram o equivalente a R\$2,3 bilhões em divisas no ano de 1997, o que correspondia a 16,3% do total setorial paulista. Passados dez anos em 2007, os derivados da cana produziram divisas equivalentes a R\$8,9 bilhões (+282,9%), representando 29,5% do total setorial. Verifica-se que, em 2006, o valor das exportações somou 12,8 bilhões para essas mercadorias, que proporcionalmente significou 38,2% das vendas externas setoriais (Tabela 4). Esse recuo nos dois últimos anos decorre da redução dos preços internacionais do açúcar no pós-2006, fato acirrado com a valorização da moeda brasileira, o que gerou crise setorial (TORQUATO; BINI, 2009). De qualquer maneira, há uma relação estreita entre o mar de cana verificado na dimensão territorial da distribuição da área agropecuária e também na concentração econômica verificada na renda agropecuária bruta e no valor das exportações. Em suma, trata-se de fatos econômicos absolutamente vinculados entre si, numa agricultura cujo motor das mudanças recentes decorre do incremento das exportações. E isso está estampado nos indicadores do principal produto, a cana para indústria.

A segunda atividade relevante na pauta das exportações da agricultura paulista consiste nos produtos da pecuária - envolvendo carne, leite e couro de bovídeos -, que geraram R\$1,4 bilhão em 1997, correspondentes a 10% das vendas externas setoriais. Eles produziram cambiais equivalentes a R\$6,2 bilhões em 2007 (+333,1%), que dobraram a participação no valor total exportado pela agricultura (20,4%). Ressalte-se que, não fossem os impactos do embargo da carne

TABELA 3 - Evolução das Relações entre as Exportações Setoriais e o Valor da Produção Agropecuária na Agricultura Paulista, 1995-2007  
(R\$1.000.000)

Ano	Exportações <sup>1,2</sup>	VPA <sup>2</sup>	Exp/VPA (%)
1997	14.220	24.128	58,94
1998	14.330	26.121	54,86
1999	20.670	24.310	85,03
2000	17.273	26.197	65,94
2001	23.100	28.426	81,26
2002	27.399	30.976	88,45
2003	29.776	31.988	93,08
2004	34.300	33.830	101,39
2005	31.164	34.574	90,14
2006	33.385	35.843	93,14
2007	30.164	33.662	89,61

<sup>1</sup>Transformado em moeda nacional pela taxa de câmbio comercial para compra: real (R\$)/dólar americano (US\$), média anual disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>.

<sup>2</sup>Em valores constantes médios de 2007, corrigidos pelo deflator implícito do PIB do IBGE.

Fonte: Para exportações, dados básicos da SECEX/MDIC, elaborados pelo IEA; para valor da produção, apenas o IEA.

TABELA 4 - Exportações da Agricultura Paulista, Segundo as Principais Atividades, 1997-2007  
(R\$ 1.000.000)<sup>1</sup>

Ano	Pecuária		Café		Cana		Frutas		Florestais		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	% <sup>2</sup>
1997	1.421	9,99	1.472	10,35	2.322	16,33	2.402	16,89	2.239	15,75	14.220	69,31
1998	1.521	10,62	920	6,42	2.873	20,05	3.018	21,06	2.270	15,84	14.330	73,99
1999	2.542	12,30	1.454	7,03	4.615	22,33	4.250	20,56	3.287	15,90	20.670	78,13
2000	2.794	16,17	1.005	5,82	2.519	14,59	3.389	19,62	3.140	18,18	17.273	74,38
2001	3.821	16,54	719	3,11	5.927	25,66	3.451	14,94	3.479	15,06	23.100	75,31
2002	5.150	18,80	757	2,76	6.584	24,03	4.582	16,72	3.617	13,20	27.399	75,51
2003	6.265	21,04	790	2,65	5.918	19,88	4.996	16,78	4.265	14,32	29.776	74,67
2004	8.452	24,64	1.143	3,33	7.348	21,42	3.951	11,52	4.063	11,85	34.300	72,76
2005	6.974	22,38	1.170	3,75	8.612	27,63	3.180	10,21	3.746	12,02	31.164	75,99
2006	6.231	18,67	1.111	3,33	12.778	38,28	3.552	10,64	3.520	10,54	33.385	81,45
2007	6.155	20,41	1.034	3,43	8.893	29,48	4.577	15,18	3.398	11,26	30.164	79,76

<sup>1</sup>Transformado em moeda nacional pela taxa de câmbio comercial para compra: real (R\$)/dólar americano (US\$), média anual disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Após isso ela foi corrigida para valores constantes médios de 2007 pelo deflator implícito do PIB do IBGE.

<sup>2</sup>Percentual das exportações dos cinco principais produtos em relação o total das exportações setoriais.

Fonte: Dados básicos da SECEX/MDIC, elaborados pelo IEA.

bovina paulista, adotado por diversos países após a detecção de foco de aftosa no Mato Grosso do Sul em 2004 (GONÇALVES; SOUZA, 2008b) - fato só superado na metade do ano de 2008 com a suspensão do embargo pela União Europeia, principal importador e definidor de padrão sanitário para muitas nações -, a importância seria muito maior, uma vez que em 2004, as exportações de produtos da pecuária bovina somaram R\$8,5 bilhões, significando 24,6% das vendas externas setoriais. Essa ocorrência em

outra unidade da federação penalizou São Paulo com o recuo de 27,2% nas receitas das exportações até 2007, desempenho ainda acirrado pela valorização cambial (Tabela 4). O fato é que a pecuária detém relevante significância na pauta de exportações da agricultura paulista, com percentuais compatíveis com sua participação na renda bruta da agropecuária e, em última instância, dando substância ao mar de braquiária.

As frutas correspondem à outra atividade relevante, consubstanciada principalmente



nas exportações de suco de laranja concentrado e congelado (SLCC). As vendas externas de frutas e derivados, que renderam R\$2,4 bilhões em 1997, tiveram um expressivo crescimento de 90,5% atingindo R\$4,6 bilhões em 2007 (Tabela 4). Entretanto, há pequeno recuo da participação das exportações de frutas e derivados nas totais setoriais, uma vez que elas representavam 16,7% em 1997 e passaram a contribuir com 15,2% em 2007, dado o incremento menor que o total da agricultura estadual. Ressaltem-se as intensas variações dos valores totais e dos percentuais das exportações de frutas e derivadas, decorrentes notadamente dos preços internacionais do suco de laranja e, mais recentemente, das mudanças cambiais. De qualquer maneira, exatamente essa inserção externa sustentou a implantação da agroindústria paulista de sucos cítricos formando um “mar de laranja” no meio norte do território estadual no entorno de Bebedouro (SP), mas que nos últimos anos vem se deslocando para o meio-oeste no eixo da rodovia Castelo Branco, próximo a Bauru (SP) e Botucatu (SP). A exacerbação dos conflitos entre citricultores e agroindústrias, com o fim do contrato padrão rompendo o mecanismo de integração contratual, vem dando ensejo a intensificação da integração vertical.

Nas lavouras florestais, os ganhos recentes das vendas externas (+51,8%) também foram menores que os das exportações setoriais totais. Isso porque, em 1997, os valores exportados de produtos florestais pela agricultura paulista atingiram R\$2,2 bilhões, representando 15,8% dos totais setoriais estaduais e em 2007 os mesmos atingiram R\$3,4 bilhões que correspondem a 11,3% das exportações da agricultura paulista. A redução expressiva ocorrida a partir de 2003 (-20,3%), quando foi atingido o pico de R\$4,3 bilhões, deriva diretamente da valorização cambial que não foi compensada nas transações efetuadas (Tabela 4). De qualquer maneira, as exportações de produtos florestais são maiores que a participação desse segmento na área agropecuária e mais que o dobro de sua contribuição para o valor da produção, o que demonstra a importância da inserção externa para configurar a expansão do “mar de florestas” em espaços específicos do território paulista, em especial no Alto Paranaíba.

Resta verificar, a título de registro histórico, o caso do café que, na entrada do século

XX, consistia praticamente em única mercadoria da pauta de exportações da agricultura paulista. Em 1997, as exportações paulistas de café somaram R\$1,5 bilhão representando ainda expressivos 10,4% das vendas externas setoriais. Entretanto, em 2007, persistindo a perda de representatividade, essas operações somaram R\$1 bilhão, correspondendo a apenas 3,4% dos totais setoriais, recuando 29,8% nesse período (Tabela 4). Assim, a estrutura cafeeira paulista continua a ver sua importância econômica reduzida, ainda que seu percentual de participação nas exportações seja maior que sua expressão na área e no valor da produção agropecuária. As transformações da agricultura paulista, impulsionadas pela inserção no mercado internacional como tem sido desde a origem da agricultura brasileira no século XVI, promoveram mudanças estruturais significativas no aparato econômico-setorial, sendo o café - como será visto mais adiante - um precioso exemplo de segmento produtivo que não acompanhou esse processo.

Isso porque a agricultura paulista de primário-exportadora passou a configurar-se como eminentemente agroindustrial-exportadora. As exportações setoriais de produtos processados - semimanufaturados e manufaturados - cresceram de R\$11,3 bilhões em 1997 para R\$24,2 bilhões em 2007, num incremento de 113,8% no período, ou seja, em ritmo similar às exportações setoriais totais de São Paulo (+112,1%). Mas o que deve ser destacado da ótica estrutural é a participação média dos produtos processados, que alcança 80% nas exportações da agricultura paulista do período 1997-2007 (Tabela 5). Isso conforma uma realidade estrutural muito distinta quando comparada com as agriculturas das demais unidades de federação brasileira, nas quais prevalecem as exportações de produtos básicos (SOUZA; GONÇALVES, 2008a), produzindo uma realidade de especialização regional (SOUZA; GONÇALVES, 2008b) que configura necessidade de desenhos específicos de intervenção governamental, não apenas entre as regiões nacionais, mas também no plano interno e tendo em conta as especificidades dos diferentes mecanismos de coordenação vertical.

Por outro lado, se é verdade que a industrialização prospera onde se pratica a agricultura moderna, sendo este um dos elementos que configuraram as “raízes da concentração industrial em São Paulo” (CANO, 1980), também con-

TABELA 5 - Exportações de Produtos Processados pela Agricultura Paulista, Segundo as Principais Atividades, 1997-2007

(R\$1.000.000)<sup>1</sup>

Ano	Pecuária		Café		Cana		Frutas		Florestais		Total	
	Valor	% <sup>2</sup>	Valor	% <sup>2</sup>	Valor	% <sup>2</sup>	Valor	% <sup>2</sup>	Valor	% <sup>2</sup>	Valor	% <sup>2</sup>
1997	1.062	79,59	338	22,95	2.322	100,00	2.305	95,95	2.239	100,00	11.317	79,59
1998	1.093	84,79	213	23,13	2.873	100,00	2.940	97,40	2.270	100,00	12.150	84,79
1999	1.534	81,99	243	16,72	4.615	100,00	4.119	96,91	3.287	100,00	16.948	81,99
2000	1.719	81,27	248	24,64	2.519	100,00	3.279	96,74	3.139	99,99	14.037	81,27
2001	2.245	81,71	272	37,87	5.927	100,00	3.263	94,54	3.479	100,00	18.876	81,71
2002	2.697	79,88	279	36,92	6.584	100,00	4.457	97,28	3.616	99,97	21.886	79,88
2003	2.899	78,54	337	42,69	5.918	100,00	4.835	96,78	4.263	99,97	23.386	78,54
2004	3.552	72,44	451	39,44	7.348	100,00	3.765	95,30	4.062	99,97	24.848	72,44
2005	3.130	76,94	459	39,24	8.612	100,00	3.059	96,19	3.746	99,99	23.977	76,94
2.006	3.276	82,57	420	37,76	12.778	100,00	3.409	95,98	3.519	99,97	27.564	82,57
2.007	3.234	80,20	462	44,68	8.893	100,00	4.435	96,89	3.395	99,92	24.191	80,20

<sup>1</sup>Transformado em moeda nacional pela taxa de câmbio comercial para compra: real (R\$)/dólar americano (US\$), média anual disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Após isso ela foi corrigida para valores constantes médios de 2007 pelo deflator implícito do PIB do IBGE.

<sup>2</sup>Percentual das exportações de produtos processados em relação o total das exportações de cada atividade.

Fonte: Dados básicos da SECEX/MDIC, elaborados pelo IEA.

siste em elemento determinante o fato de que o aprofundamento desse processo de industrialização, ao promover a industrialização da própria agricultura, acaba dando contornos estruturais distintos à agricultura paulista, fazendo-a agroindustrial-exportadora, superando a lógica primário-exportadora.

Tanto assim que os principais segmentos exportadores da agricultura estadual transacionam produtos de maior agregação de valor pela transformação agroindustrial. A principal atividade representada pelos derivados da cana (29,5% das exportações em 2007) comercializa somente produtos processados. Esse elevado índice de processamento ocorre também com as frutas - 96% de processados em 1997 e 96,9% em 2007 -, tendo em vista se tratar de sucos cítricos. Neste caso, os produtos básicos associam-se notadamente às vendas de frutas de mesa, com alto valor agregado e em que a transformação agroindustrial não faz sentido, conquanto seja desenvolvida intensa agregação de valor pela busca de qualidade intrínseca e extrínseca. Essa prevalência de processados se mostra preponderante na lavouras florestais (próximo de 100% em todo período), e na pecuária (em média 80% de processados) (Tabela 5).

Interessante verificar o caso do café, o principal produto da agropecuária paulista até o final dos anos 1950, quando ainda não haviam si-

do internalizadas as bases do padrão da 2ª Revolução Industrial, que na economia brasileira deu-se com o Plano de Metas JK (LESSA, 1975), exatamente na virada das décadas de 1950 e 1960 e que, na agricultura, aprofunda-se na segunda metade dos anos 1960, com o financiamento das agroindústrias processadoras (BELIK, 1994), uma vez que as de bens de capital e insumos estariam inseridas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (KAGEYAMA et al., 1990). O café não apenas perdeu sua expressão econômica na agricultura paulista como, principalmente, manteve-se enquanto atividade em que os produtos básicos preponderam nas exportações. Tanto assim que, no período de 1997-2007, apenas 23% das vendas externas paulistas de café no início do período eram de produtos processados - prevalência dos 77% de produtos básicos. No final do período ainda prevalecia de forma majoritária a mesma realidade estrutural, uma vez que apenas 44,7% das exportações de café eram de processados, ou seja, a parcela preponderante de 55,3% era de produtos básicos (Tabela 5).

Essa maior agregação se dá em função da expansão da agroindústria de café solúvel, a qual, entretanto, se expressa minoritária nas exportações cafeeiras que ainda estão vinculadas de forma umbilical a interesses importadores organizados no século XIX e primeira metade

do século XX, e que compra produtos básicos para processamento nos países de destino. Daí a prevalência da lógica primário-exportadora no café. Nesse sentido, ainda que para o agropecuarista o café propicie maior renda bruta por hectare que as outras lavouras que ocuparam seu antigo espaço territorial - como o da terra roxa de Ribeirão Preto transformado em canaviais -, ele tem se mantido dentro de uma lógica estritamente primário-exportadora, com o capital comercial hegemônico o processo. De certa forma, isso também ocorre no complexo soja das outras unidades da federação, em que também prevalecem as exportações de produtos básicos.

Dessa maneira, mais que uma profunda especialização regional das agropecuárias paulistas e brasileiras forjando a prevalência de determinado produto principal em cada espaço territorial como decorrência desse padrão agrário, elas têm associado a cada um deles um dado perfil de coordenação vertical que permite ao capital maior ou menor capacidade de construir os territórios produtivos na geografia sobre a qual realizam seus movimentos de expansão. Num processo de acumulação agroindustrial não há espaço para o café na sua forma primário-exportadora. Assim, como os grãos e fibras de similar desenho estrutural, deixou as terras paulistas configurando produções em outras paragens.

Ressalte-se que, mesmo para produtos inseridos na lógica agroindustrial, há diferenças relevantes, uma vez que o mecanismo de coordenação via integração vertical, como no caso da cana e das lavouras florestais, em que praticamente se elimina a agropecuária para cingir tudo à lógica do processo de acumulação agroindustrial, se mostra superior à coordenação via mercado financeiro como os grãos e fibras e o café, na qual a agropecuária ainda consiste em segmento relevante da agricultura. No caso do café, até mesmo políticas modernizadoras, como as de qualidade da bebida com diferenciação de produtos - as quais exigem sólidos mecanismos mais evoluídos de coordenação vertical que a pretensa intervenção via preços - tendem a enfrentar limites para sua irradiação.

A integração vertical propicia maior capacidade estrutural de determinação da territorialidade e dos desenhos de políticas públicas em relação ao espaço onde não prepondera na plenitude sequer a integração contratual. Na produção de proteína animal, há os exemplos da produção de carne avícola com elevada integração contra-

tual e a de produção de ovos, configurando uma sequência de produção sem mecanismos mais sólidos de coordenação (GONÇALVES; GOMES JUNIOR; SOUZA, 2009). No caso paulista há exemplo de reversão - para parcela expressiva da produção - desses avanços estruturais em função do recrudescimento dos conflitos de interesses entre citricultores e agroindustriais. Nessa realidade de conflito, tal como os fornecedores de cana no passado, que em confronto com usineiros fizeram letra morta o Estatuto da Lavoura Canavieira (PRADO JUNIOR, 1969), as chances de concentração econômica, de terra e de renda são enormes.

Ainda que promova maior renda bruta por hectare, a laranja sem uma estrutura agroindustrial coordenada para sustentá-la não tem chance contra a fagocitose do avanço canavieiro - para usar um termo cunhado por Gebara na análise da concentração derivada da expansão dos canaviais no município de Sertãozinho (SP) (GEBARA, 1976). Na agricultura paulista, em seu processo catapultado pela inserção externa - sua estrutura agroindustrial-exportadora calcada na expansão de atividades marcadas pela integração vertical -, tudo aquilo em que não exista mecanismo consistente de coordenação vertical num futuro não muito distante, tal como preconizou Prado Junior (1969) na sua leitura do conflito entre fornecedores e usineiros, será mera reminiscência do passado.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira de expansão da agropecuária paulista esgota-se nos anos 1970, com o que todo processo de crescimento da produção passa a ser determinado pela intensificação do uso do solo - via aumento da produtividade dos fatores, elevação do número de safras no mesmo espaço físico e ainda adensamento do plantio mais visível em lavouras perenes. As mudanças recentes inseridas nas transformações da agricultura paulista não se explicam com base na expansão agropecuária, mas foram produzidas e sustentadas por intenso processo de acumulação agroindustrial. A formação da economia paulista - e os respectivos processos de industrialização - está associada de forma indelével à economia cafeeira, que também forjou a agricultura moderna ainda no final do século XIX.

O fato estrutural unificador das trans-

formações da agropecuária paulista das décadas posteriores aos anos 1970 consiste num acirrado processo de reconcentração econômica sob hegemonia do capital agroindustrial, tendo a cana para indústria como a principal lavoura fornecedora de matéria-prima. A cana atingiu nos últimos anos percentuais de contribuição para a renda bruta agropecuária paulista que só haviam sido alcançados pelo café nos anos 1950, configurando uma realidade de similar concentração econômica com seus efeitos distributivos na renda, na estrutura fundiária e no emprego.

Mas, como afirmado, trata-se de processo de acumulação agroindustrial que não apenas confere à agricultura paulista uma situação peculiar no contexto setorial nacional - refletivo na elevada proporção de produtos processados nas suas exportações, o que não ocorre nas demais unidades da federação -, como os ajustes e as respostas às crises e às políticas públicas se dão num patamar mais elevado como resposta ao investimento. As transformações da agricultura paulista pós-1970 diferem por isso de forma contundente dos ciclos agropecuários passados, realizados sob hegemonia produtiva do capital agrário - e/ou capital comercial.

Na agricultura paulista, além da agroindústria da cana, outras foram implantadas nesse processo de avanço da acumulação agroindustrial. Não apenas os engenhos viraram usinas, os matadouros viraram frigoríficos, a laranja foi para as fábricas de sucos e a madeira para as plantas de produção de papel e celulose. Cada qual formando "mares" em espaços distintos do ainda preponderante "mar de braquiária" e do imenso "mar de cana". Isso configura outra característica da agropecuária paulista típica do padrão agrário, qual seja, a especialização regional gerando monoculturas de maior ou menor dimensão territorial.

Com isso, as agropecuárias regionais manifestam-se em especificidades da ótica estrutural com o que os movimentos econômicos de crises e apogeu se dão datados no tempo e no lugar, ou seja, rompe-se com a leitura uniformizadora da agropecuária estadual quando pensada com base numa concepção monolítica. Essa territorialidade exige outro desenho de políticas públicas que não mais podem ser pensadas na lógica do "pacote tecnológico" da política de modernização agropecuária dos anos 1970.

Esse momento histórico que permitia uma visão tecnológica e econômica desterritorializada da agropecuária paulista já é elemento do

passado. A especialização regional, com seus contornos de especificidade produtiva, econômica e estrutural exige desenhos de políticas nos contornos territoriais buscando vantagens de origem e complementaridades produtivas que, sendo específicas, exigem abordagem e políticas também específicas. O modelo dos anos 1970 de políticas públicas, como todo amor desfeito, fica na lembrança de que foi bom enquanto durou.

Essa característica da especialização regional, que conforma bases estruturais diferenciadas para os vários espaços territoriais se mostra uma realidade quando se visualiza o imenso mosaico produtivo da agropecuária paulista, que vê a banana concentrada no Vale do Ribeira, o feijão no sudoeste, as lavouras florestais no Alto Paranapanema, a laranja do entorno de Bebedouro deslocando-se para região de Botucatu, e a cana que, de Ribeirão Preto, irradia-se para diversas direções, mas com seu epicentro apontando para as pastagens que dominam o extremo oeste. Se no espaço da agropecuária paulista esse mosaico conforma a realidade, a agropecuária brasileira se mostra mais complexa ainda em territorialidades específicas.

Mas há que se aprofundar nessa leitura das bases estruturais desse processo de acumulação agroindustrial. Trata-se das diferentes capacidades de construção de territórios das distintas atividades em função dos mecanismos de coordenação vertical, configurados nos respectivos fluxos de produção-consumo. Isso porque as duas atividades que mais ganham expressão territorial na agropecuária paulista são, respectivamente, a cana para indústria e as lavouras florestais, ambas marcadas por intensa integração vertical. Essa característica estrutural explica a razão por que algumas atividades, mesmo destinadas ao processamento agroindustrial e por vezes com maior renda bruta por unidade de área, sucumbem na disputa por terras na expansão canavieira.

Na verdade, na cana e nas lavouras florestais praticamente inexistente a agropecuária como segmento autônomo e com alguma autonomia dentro da agricultura. Em vez disso, há plantações próprias - ou tornadas próprias por contratos ou arrendamentos de diversos matizes - das agroindústrias. Essa condição estrutural joga papel estratégico na conformação do futuro, uma vez que no ano de 2008, não considerado na análise, eclodiu uma crise do capitalismo mundial com dimensões de dramaticidade que

encontra similar apenas na crise de 1930.

E essas condições estruturais são elementos determinantes para a definição de políticas anticíclicas. E mais uma vez, não será com visões concebidas em tempo e lugar do passado glorioso, do Brasil “ame-o ou deixe-o” dos anos

1970, que serão dadas as respostas que produzirão a superação dos obstáculos interpostos pela nova realidade econômica. A crise tem o condão de reciclar tanto o aparato econômico como o institucional, pois forja a institucionalidade sustentadora do novo ciclo de desenvolvimento.

## LITERATURA CITADA

BAQUERO, F. S. **Da indústria do papel ao complexo florestal no Brasil: o caminho do corporativismo tradicional ao neo-corporativismo**. Campinas (SP): IE/UNICAMP, 1993. 48 p. (Texto para Discussão, n. 14).

BELIK, W. **Um estudo sobre o financiamento da política agroindustrial no Brasil (1965-87)**. Campinas (SP): IE/UNICAMP, 1994. 58 p. (Texto para Discussão, n. 35).

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: HUCITE, 1980. 318 p.

\_\_\_\_\_. A industrialização e o desenvolvimento do capitalismo retardatário no Brasil (1880-1980). In: \_\_\_\_\_. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas (SP): HUCITEC, 1993. p.15-21.

CASTRO, O. M. de; MOREIRA, A. C. **Ciência da terra: o Instituto Agrônomo e a pesquisa em benefício da qualidade de vida**. Campinas (SP): Instituto Agrônomo, 2008. 160 p.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1989. 291 p.

GEBARA, J. J. **A estrutura agrária no município de Sertãozinho: caracterização e efeitos**. 1976. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1976.

GONÇALVES, J. S. Câmbio ou petróleo: qual preço afeta mais a agropecuária brasileira? **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 1, n. 8, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=6858>>. Acesso em: 2009.

\_\_\_\_\_; SOUZA, S. A. M. Efeito reverso: impactos da política norte-americana de biocombustíveis sobre os preços de alimentos no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n. 7, p. 52-67, jul. 2008a.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Embargo e queda da participação paulista nas exportações brasileiras de carne bovina não processada. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 3, n. 6, jun. 2008b. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=9316>>. Acesso em: 2009.

\_\_\_\_\_; ANGELO, J. A.; SOUZA, S. A. M. Economias regionais paulistas no período 2005-2007: desconcentração na agropecuária com concentração na agricultura revelando diferenças estruturais. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 45-54, fev. 2009.

\_\_\_\_\_; GOMES JUNIOR, N. N.; SOUZA, S. A. M. Produção de proteína animal no Brasil contemporâneo: natureza do processo, produção e comércio exterior. **Textos para Discussão**, São Paulo, n. 5, 48 p., fev. 2009.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA – IEA. **Desenvolvimento da agricultura paulista**. São Paulo: IEA/SAA, 1972. 319 p.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Org.). **Agricultura e política públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-224.

KRONKA, F. J. N. et al. Monitoramento da vegetação natural e do reflorestamento no Estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., Goiânia, 2005. **Anais...** Goiânia: INPE, 2005. p. 1569-1576.

LESSA, C. **Quinze anos de política econômica**. Campinas (SP): UNICAMP, 1975. 95 p.

PAIVA, R. M. Retorno da agricultura de São Paulo para as zonas velhas: fator imprescindível para o desenvolvimento econômico do país. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 7, n. 9, p. 1-2, 1960.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1969. 354 p.

SOUZA, S. A. M.; GONÇALVES, J. S. Agregação de valor e diferenças estruturais das exportações da agricultura paulista em relação às demais unidades da federação brasileira no período 1997-2007. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46., Rio Branco (AC), 2008. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008a. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Diferenças estruturais e especialização regional das exportações da agricultura paulista em relação às demais unidades da federação brasileira no período 1997-2007. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46., Rio Branco (AC), 2008. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008b. 1 CD-ROM.

TOMAZELA, J. M. **Prefeitura alega que reflorestamento tira área de agricultura e elimina empregos**. 2004. Disponível em: <<http://www.celuloseonline.com.br/pagina/pagina.asp?IDItem=4100&IDNoticia=2315>>. Acesso em: 7 out. 2008.

TORQUATO, S. A.; BINI, D. L. de C. Crise na Cana? **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 4, n. 2, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=10118>>. Acesso em: 2009.

VICENTE, J. R. et al. **Sistema de Importações e Exportações dos Agronegócios (Sistema IEA): conceituação e análise dos resultados, 1997-2001**. São Paulo: APTA/SAA, 2001. 356 p. (Série Ação APTA, n. 5)

**AGRICULTURA PAULISTA:  
esgotamento da fronteira de expansão e papel das  
exportações nas mudanças estruturais**

**RESUMO:** O trabalho analisa as transformações da agricultura paulista, procurando mostrar que, tendo fronteira de expansão estadual, esgotou-se na década de 1970 e que, com base na análise do perfil das exportações, as mudanças recentes foram sustentadas por intenso processo de acumulação agroindustrial. O fato estrutural unificador das transformações da agropecuária paulista das décadas posteriores aos anos 1970 consiste num acirrado processo de reconcentração econômica sob hegemonia do capital agroindustrial, tendo a cana para indústria sua principal lavoura fornecedora de matéria-prima. A cana atingiu nos últimos anos percentuais de contribuição para a renda bruta agropecuária paulista que no passado só haviam sido alcançados pelo café nos anos 1950, configurando uma realidade de similar concentração econômica com seus efeitos distributivos na renda, na estrutura fundiária e no emprego.

**Palavras-chave:** agricultura paulista, agropecuária paulista, desenvolvimento setorial, mares agropecuários.

**SAO PAULO STATE'S AGRICULTURE:  
border expansion exhaustion and export  
effects on structural changes**

**ABSTRACT:** *This work analyzes transformations in São Paulo state's agriculture in an attempt to show that the state's border expansion was exhausted in the 1970s. Moreover, the analysis of the state's exports shows that recent changes were a response to an intense process of agricultural and industrial accumulation. The structural fact that has unified the state's agricultural transformations in the subsequent decades is the exacerbated trend toward economic reconcentration under the hegemony of agroindustrial capital, with sugar cane as the main crop supplying raw material. Over the last years, sugar cane has accounted for a proportion of São Paulo's gross agricultural income previously reached only by coffee in 1950s, suggesting a similar pattern of economic concentration with distributive effects on income, land allocations and employment.*

**Key-words:** *paulista agriculture, São Paulo state's agriculture and livestock, sectorial development, agricultural seas.*

---

Recebido em 02/06/2009. Liberado para publicação em 03/07/2009.